



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

### CONTRATO Nº 001/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

PROCESSO Nº 004/2026

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.332.390/0001-26, sede na Avenida Vaticano, nº 1135, Jardim Pilar, na cidade de Itapeva/SP, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. MARIO AUGUSTO DE SOUZA NISHIYAMA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.070.801-3 SSP - SP e CPF nº. 223.768.398-07, e de outro lado como:

**CONTRATADA: NOSSA AGUA DISTRIBUIDORA DE ITAPEVA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.375.765/0001-09, com sede na Rua Tupã, nº 76, bairro Vila Nossa Senhora de Fatima, Município de Itapeva, Estado de São Paulo, CEP: 18.409-070, neste ato representada por Elaine Cristina Rodrigues dos Santos Moraes Barros, Proprietária, Inscrito no CPF/MF sob o nº 205.011.418-47 e RG - 24.227.279-4.

Dessa forma, parte acima qualificada doravante denominada neste ato, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA, têm entre si, por esta e da melhor forma de direito, tudo de conformidade com o processo de administrativo do presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes, que reciprocamente outorgam e aceitam:

#### CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

A CONTRATADA se obriga a executar **fornecimento de água mineral para atender as necessidades da Câmara Municipal de Itapeva**, de acordo com o Anexo – I deste Contrato.

#### CLÁUSULA 2ª – DO LOCAL E DATA

O presente contrato administrativo é lavrado e assinado nesta cidade de Itapeva, Estado de São Paulo, no dia 26 de janeiro de 2026.

#### CLÁUSULA 3ª – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- I. O presente contrato terá vigência de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Considerando a natureza do objeto, consistente em contrato de fornecimento, não se admite a prorrogação de sua vigência neste modelo de ajuste.

#### CLÁUSULA 4ª – DO VALOR, QUANTITATIVO DE CONSUMO E FORMA DE PAGAMENTO

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	400	GALÃO	ÁGUA MINERAL POTÁVEL GALÃO DE 20L	R\$ 14,00	R\$ 5.600,00

- I. O valor unitário do objeto contratual, consistente no fornecimento de água mineral natural, sem gás, envasada em galões de 20 (vinte) litros, é de R\$ 14,00 (quatorze reais) por unidade.
- II. Considerando o fornecimento estimado de 400 (quatrocentas) unidades durante o período contratual de 18 (dezoito) meses, o valor global do contrato perfaz o montante de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

- III. No preço estão incluídas todas as despesas diretas ou indiretas, ficando certo de que à CONTRATANTE, nenhum outro ônus caberá, além do pagamento estipulado acima.
- IV. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, contados do aceite da nota fiscal, contendo o detalhamento do objeto entregue, através de boleto ou depósito bancário, para crédito em banco, sendo preferencialmente em conta bancária da instituição Caixa Econômica Federal.
- V. O vencimento do Documento fiscal dar-se-á somente após o recebimento do agente fiscal e não da emissão do mesmo.
- VI. Deverá constar no documento fiscal o nº da contratação, nº do Empenho, Local da Entrega, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária da empresa, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informações.
- VII. Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação do documento corrigido.
- VIII. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- IX. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- X. A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA reserva-se o direito de deduzir do pagamento devido à Licitante vencedora os valores correspondentes às multas que possam ser aplicadas devido ao descumprimento das cláusulas estipuladas neste Contrato.
- XI. A atualização financeira de eventuais pagamentos com atrasos, será realizada pela variação acumulada do INPC-IBGE, ou outro fator determinado pelo Governo Federal que venha a substituí-lo.
- XII. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

### CLÁUSULA 5ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes com a realização deste processo de contratação correrão por conta da dotação orçamentária, abaixo especificada, do presente exercício e vindouro (art. 150 da Lei Federal nº 14.133/2021).

07/3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte de Recurso: 01 - Tesouro



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

---

### CLÁUSULA 6ª – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

O Objeto do presente contrato deverá ser executado conforme especificações constantes no **Anexo I – Termo de Referência**, observando o seguinte:

- I. O fornecimento do objeto contratual será realizado para Câmara Municipal de Itapeva, iniciando a partir da assinatura do presente ajuste.
- II. O não cumprimento do prazo estabelecido sem justificativas cabíveis por parte da contratada poderá acarretar aplicação das sanções previstas neste ajuste.

### CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento do objeto contratado, em conformidade com os termos da legislação vigente, bem como de quaisquer normas que venham a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.;
- II. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento realizado pelo CONTRATANTE;
- III. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que ensejaram sua habilitação, na fase de seleção de proposta, e naquelas exigidas na fase de contratação;
- IV. Comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Itapeva, quaisquer fatos ou anormalidades que possam prejudicar o bom andamento e/ou o resultado final da execução do objeto contratual;
- V. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- VI. Cumprir todas as condições exigidas no Anexo I - Termo de Referência;
- VII. Responder integralmente por subcontratados e obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias ligadas à execução.
- VIII. Entregar os garrafões de água à contratante em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local definidos neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- IX. Os produtos deverão atender os padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto.
- X. O objeto deste ajuste deverá ser entregue em embalagem original do fabricante, lacrada, devidamente identificada e em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhuma avaria (amassados, rachaduras, vazamentos, sujeira, dentre outras).
- XI. Os vasilhames que apresentarem defeitos ou violações de lacre, deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- XII. Cumprir integralmente as cláusulas contratuais e a legislação pertinente, sujeitando-se às penalidades em caso de descumprimento.

### CLÁUSULA 8ª – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- I. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA poderá, rejeitá-



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

lo, determinando sua adequação ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

- II. Na hipótese de adequação, a Contratada deverá efetuar-la em conformidade com a indicação da Câmara Municipal, nos prazos determinados pelo agente fiscal, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- III. Para o recebimento, o agente fiscal do contrato verificará a qualidade, integridade e conformidade do objeto fornecido com as especificações contratuais, conferirá o documento fiscal e atestará, em seu verso, a vigência do contrato.
- IV. O aceite dos objetos fornecidos pelo setor competente da CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA não exclui a responsabilidade do DETENTOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnicos do objeto, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no respectivo Anexo I – Termo de Referência e verificadas posteriormente.
- V. O não cumprimento dos requisitos estabelecidos no Anexo – Termo de Referência autoriza a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA a suspender o pagamento, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na presente convocação.
- VI. Caso as condições de recebimento sejam consideradas insatisfatórias, será lavrado Termo de Recusa, no qual serão consignadas as desconformidades verificadas, devendo o objeto fornecido ser rejeitado e adequadamente corrigido no prazo determinado pela Contratante, ocasião em que serão realizadas novamente as verificações anteriormente referidas.
- VII. Caso a adequação não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em desatendimento às condições de execução e obrigações e sujeita à aplicação das sanções previstas neste contrato.

### CLÁUSULA 9ª – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- I. Ficam designados como gestor e agente fiscal da execução do contrato, que acompanharão e fiscalizarão a execução do Processo nos termos do Art. 117 da Lei Federal 14.133/2021:
  - a) **SAULO NATAN MACEDO DOS SANTOS**, Oficial de Compras, portador do CPF nº 402.283.368-80 - Gestor;
  - b) **LUCAS FELIPE DE ALMEIDA**, Assistente de Compras, portador do CPF nº 446.868.418-60 – Agente Fiscal.
- II. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Câmara Municipal de Itapeva, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que, na sua ocorrência, não deverá implicar corresponsabilidade da Câmara Municipal de Itapeva.
- III. Compete à Fiscalização:
  - a) Esclarecer em até **5 (cinco) dias úteis** quaisquer dúvidas apresentadas formalmente pela Contratada.
  - b) Expedir formalmente as determinações e comunicações dirigidas à Contratada através do preposto, determinando as providências necessárias à correção de falhas observadas.
  - c) Relatar em tempo hábil quaisquer ocorrências ou circunstâncias que possam dificultar o fornecimento do objeto, buscando saná-las da forma mais eficiente possível.
  - d) Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado e estipular prazos limites para a adequação por parte da Contratada do mesmo.



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

- e) Exigir da Contratada o cumprimento do fornecimento do objeto contratado e emitir parecer para liberação das faturas atreladas à análise e aceitação dos serviços contratados.

### CLÁUSULA 10ª – DA REVISÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Independentemente do reajuste, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser revisto, para mais ou para menos, caso sobrevenham fatos imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que acarretem onerosidade excessiva ou diminuição da vantagem para a Contratada, conforme o disposto nos arts. 131 e 132 da Lei nº 14.133/2021.

- I. Constituem fatos geradores da revisão, entre outros, os seguintes:

a) Força maior ou caso fortuito devidamente comprovados, que inviabilizem ou dificultem substancialmente a execução do contrato;

b) Fato do Príncipe, caracterizado por ato de autoridade pública (da própria contratante ou de outra esfera) que, diretamente e fora do contrato, atinja de forma reflexa a economia do contrato, causando desequilíbrio;

c) A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, desde que ocorridas após a data de apresentação da proposta e com comprovada repercussão nos preços contratados, para mais ou para menos.

- II. O pedido de revisão para o restabelecimento do equilíbrio do contrato deverá ser formulado pela Contratada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, apresentando a devida justificativa e documentação comprobatória da alteração dos custos, tais como planilhas detalhadas, listas de preços de fabricantes, notas fiscais, entre outros.

- III. A Contratante analisará a solicitação e, se comprovada a alteração das condições iniciais, promoverá a revisão dos preços, formalizada por meio de termo aditivo ao contrato, a fim de restabelecer a relação inicialmente pactuada entre os encargos da Contratada e a justa retribuição do Contratante.

### CLÁUSULA 11ª – DA RESCISÃO

- I. O contrato será considerado rescindido de pleno direito, mediante caracterização formal de qualquer dos itens abaixo.

a) Por inadimplemento da **CONTRATANTE**.

b) Por inadimplemento da **CONTRATADA**.

c) Por falência ou liquidação da **CONTRATADA**.

- II. A CONTRATADA será considerada inadimplente se ocorrer qualquer dos fatos abaixo discriminados, sem prejuízo, de outros casos previstos nestas instruções:

a) Inobservância das exigências dispostas no Anexo I – Termo de Referência.

b) Subcontratação, cessão ou dação do contrato em garantia.

c) Paralisação do fornecimento do objeto contratual sem justa causa e sem prévia comunicação à Câmara Municipal de Itapeva.

- III. Se a rescisão ocorrer por inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á como segue:

a) A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os valores relativos aos serviços executados até a data de rescisão, deduzindo-se o valor correspondente a eventuais multas e outros débitos da



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

### CONTRATADA.

#### CLAUSULA 12ª – DAS SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo gestor do contrato;
- V. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- VI. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante o processo de contratação;
- VII. Fraudar o processo de contratação;
- VIII. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - a) advertência;
  - b) multa;
  - c) impedimento de licitar e contratar e
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- IX. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- X. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícito, recolhida no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- XI. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- XII. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- XIII. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

- XIV. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art.156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- XV. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.
- XVI. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- XVII. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- XVIII. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- XIX. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- XX. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### CLÁUSULA 13ª – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Fica a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observados os termos e limites previstos no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- I. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA 14ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição, a Dispensa de Licitação nº 023 de 2025, o Processo Administrativo nº 026/2025, o ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e a Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a acompanham.

### CLÁUSULA 15ª – DO FORO

Para dirimir questões que resultem deste Contrato, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, elegem o Foro da Comarca de Itapeva, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E por estarem de acordo com todas as cláusulas aqui contidas, vai assinado pelos representantes legais das partes, inicialmente nomeados, juntamente com duas testemunhas.





## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

---

Itapeva, 26 de janeiro de 2026

---

**MARIO AUGUSTO DE SOUZA**

**NISHIYAMA**

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE ITAPEVA

---

**ELAINE CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS MORAES**

**BARROS**

NOSSA AGUA DISTRIBUIDORA DE ITAPEVA LTDA

**TESTEMUNHAS**

1. \_\_\_\_\_  
NOME ENDEREÇO  
CPF.

2. \_\_\_\_\_





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

Estado de São Paulo

---

## **TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA**

CONTRATADA: **\_NOSSA AGUA DISTRIBUIDORA DE ITAPEVA LTDA**

CONTRATO Nº 001/2026

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral para atender as necessidades da Câmara Municipal de Itapeva.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. *Estamos CIENTES de que:***

- a) ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. *Damo-nos por NOTIFICADOS para:***

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Itapeva/SP, 26 de janeiro de 2026



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

Estado de São Paulo

---

## **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: MARIO AUGUSTO DE SOUZA NISHIYAMA  
Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Itapeva  
CPF nº. 223.768.398-07

## **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: MARIO AUGUSTO DE SOUZA NISHIYAMA  
Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Itapeva  
CPF nº. 223.768.398-07  
Assinatura: \_\_\_\_\_

## **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

### **Pelo contratante:**

Nome: MARIO AUGUSTO DE SOUZA NISHIYAMA  
Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Itapeva  
CPF nº. 223.768.398-07  
Assinatura: \_\_\_\_\_

### **Pela contratada:**

Nome: ELAINE CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS MORAES BARROS  
Cargo: Proprietária  
CPF: 205.011.418-47  
Assinatura: \_\_\_\_\_

## **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: MARIO AUGUSTO DE SOUZA NISHIYAMA  
Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Itapeva  
CPF nº. 223.768.398-07  
Assinatura: \_\_\_\_\_

## **GESTOR E AGENTE FISCAL DO CONTRATO:**

Nome: SAULO NATAN MACEDO DOS SANTOS  
Cargo: OFICIAL DE COMPRAS  
CPF: 402.283.368-80  
Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: LUCAS FELIPE DE ALMEIDA  
Cargo: ASSISTENTE DE COMPRAS  
CPF: 446.868.418-60  
Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Compras e Licitações

### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- Modalidade **Dispensa de Licitação**

- Número **Nº 002/2026**

- Processo **Nº 004/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral para atender as necessidades da Câmara Municipal de Itapeva.

**Envio das propostas:** <https://www.camaraitapeva.sp.gov.br/site/transparencia/licitacao> (requer autenticação no sistema LicitaCamara) **ou** através do e-mail [proposta@itapeva.sp.leg.br](mailto:proposta@itapeva.sp.leg.br)

**Data para envio:** Até às 23h59min do dia 19/01/2026

- 1- LOCAL DE ENTREGA:** Câmara Municipal de Itapeva – SP, situada na Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380
- 2- JUSTIFICATIVA:** *A contratação de empresa especializada para o fornecimento de galões de água mineral justifica-se pela essencialidade desse recurso para o bem-estar dos servidores, vereadores e visitantes da Câmara Municipal de Itapeva. O consumo de água de qualidade adequada contribui para a saúde, conforto e melhor desempenho das atividades institucionais. O fornecimento contínuo por empresa especializada assegura regularidade, segurança sanitária e atendimento adequado ao público, evitando qualquer interrupção nos serviços.*
- 3- PRAZO DE FORNECIMENTO:** 10 (dez) dias corridos após a Autorização de Fornecimento.
- 4- DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

ITEM	QUANTI-DADE	UNI-DADE	DESCRIÇÃO
01	400	Galão	<p><b>ÁGUA MINERAL POTÁVEL GALÃO DE 20L</b></p> <p><b>Especificações Técnicas:</b></p> <p><b>A contratação refere-se exclusivamente ao conteúdo (água), não incluindo o fornecimento de vasilhames</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Produto:</b> Água mineral potável sem gás;</li><li>➤ <b>Vasilhames:</b> Garrafão (galão) de polycarbonato;</li></ul>



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Compras e Licitações

			<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Condição do recipiente:</b> garrações higienizados, íntegros e reutilizáveis, sem trincas ou amassados</li><li>➤ <b>Capacidade nominal:</b> 20 (vinte) litros;</li><li>➤ <b>Validade:</b> o prazo mínimo de validade da água mineral fornecida deverá ser de 06 meses, contados da data de entrega;</li><li>➤ <b>Envase e Selagem:</b> Cada unidade deverá ser entregue devidamente lacrada com lacre inviolável, devendo seguir estritamente as seguintes orientações:<ul style="list-style-type: none"><li>• Sem sinais de violação, vazamento ou avaria</li><li>• Vedado o reuso de lacres;</li><li>• Caso sejam identificados vasilhames inadequados, a empresa deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, conforme cláusula quinta, item d, deste Termo de Referência;</li></ul></li><li>➤ <b>Rotulagem obrigatória:</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Marca do produto</li><li>• Procedência/origem da fonte</li><li>• Data de validade impressa no rótulo</li></ul></li><li>➤ <b>Conformidade sanitária:</b> atendimento às normas da ANVISA e legislações vigentes para água mineral</li><li>➤ <b>Qualidade do produto:</b> própria para consumo humano, isenta de impurezas</li><li>➤ <b>Entrega:</b><ul style="list-style-type: none"><li>• Forma de fornecimento parcelado</li><li>• periodicidade semanal, conforme necessidade do órgão contratante</li></ul></li></ul>
--	--	--	---

### 5- CONDIÇÕES GERAIS

- a) Os garrações de água deverão ser novos, sem uso, em linha de produção, acondicionados em sua embalagem original, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade.
- b) Os produtos deverão atender os padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto.



## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Compras e Licitações

- c) O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue em embalagem original do fabricante, lacrada, devidamente identificada e em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhuma avaria (amassados, rachaduras, vazamentos, sujeira, dentre outras).
- d) Os vasilhames que apresentarem defeitos ou violações de lacre, deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- e) A Câmara Municipal de Itapeva disponibilizará os vasilhames (galões), sendo necessário somente a troca.
- f) O prazo mínimo de validade dos produtos entregues deverão ser de 06(seis) meses, contados da data da entrega.

### **5.1 – DA QUANTIDADE ESTIMADA**

- a) Quantidade média semanal:
  - Água mineral potável sem gás envasada em Garrafão de polycarbonato de 20 litros: 9 (nove) garrafões (galões).

## **6- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **6.1. A CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de servidor designado para este fim e;
- b) Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados;

### **6.2. A CONTRATADA** obriga-se a:

- a) Entregar os garrafões de água à contratante em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local definidos neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b) Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, fornecendo o presente objeto com eficiência, presteza e em conformidade com os prazos estabelecidos.
- c) Reparar ou substituir, às suas expensas, o objeto contratual em que se verificarem vícios, defeitos



## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Compras e Licitações

ou incorreções.

- d) Fornecer água mineral de boa qualidade, nas quantidades e datas solicitadas, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize o fornecimento com produto de má qualidade.
- e) Responsabilizar-se pelas despesas de quaisquer tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

### 7- FORMA DE PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados do aceite da nota fiscal ou documento equivalente, contendo o detalhamento do objeto entregue, através de boleto ou depósito bancário, para crédito em banco, sendo preferencialmente em conta bancária da instituição Caixa Econômica Federal.
- b) Se forem constatados erros nas Notas Fiscais/Faturas, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.
- c) As notas fiscais/boletos ou faturas deverão ser enviadas na data de sua emissão nos seguintes endereços de e-mails: [finan@camaraitapeva.sp.gov.br](mailto:finan@camaraitapeva.sp.gov.br), [contabil@camaraitapeva.sp.gov.br](mailto:contabil@camaraitapeva.sp.gov.br) e [licitacao@camaraitapeva.sp.gov.br](mailto:licitacao@camaraitapeva.sp.gov.br)

### 8- CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- a) Conforme Art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o critério de julgamento das propostas será do tipo **MENOR VALOR** por **ITEM**.
- b) Dotação orçamentária: 07/3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO  
FONTE: 01 – TESOURO

### 9- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (SOMENTE DO VENCEDOR)

#### 9.1 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**).



## **Câmara Municipal de Itapeva**

**Palácio Vereador Euclides Modenezi**

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Compras e Licitações

---

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa (CPEND), relativos a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, inclusive créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), por meio da apresentação da **CRF** - Certificado de Regularidade do FGTS.

### **9.2 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

Em atendimento ao § 4º, art. 91 da lei federal 14.133/2021 e com vistas à comprovação da idoneidade da licitante, poderá ser consultado o/a:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- c) Relação de apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).





## Câmara Municipal de Itapeva

Palácio Vereador Euclides Modenezi

Avenida Vaticano, 1135 – Jardim Pilar – Itapeva – São Paulo – 18406-380

Compras e Licitações

### ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA (SUGERIDO)

- Modalidade **Dispensa de Licitação**

- Número **Nº 002/2026**

- Processo **Nº 004/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral para atender as necessidades da Câmara Municipal de Itapeva.

**Envio das propostas:** <https://www.camaraitapeva.sp.gov.br/site/transparencia/licitacao> (requer autenticação no sistema LicitaCamara) **ou** através do e-mail [proposta@itapeva.sp.leg.br](mailto:proposta@itapeva.sp.leg.br)

#### FORNECEDOR:

<b>CNPJ:</b>	<b>INSCRIÇÃO ESTADUAL:</b>		
<b>ENDEREÇO:</b>			<b>Nº</b>
<b>CIDADE:</b>	<b>ESTADO:</b>	<b>CEP:</b>	
<b>FONE:</b>	<b>FAX:</b>		

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO RESUMIDA
01	400	Galão	ÁGUA MINERAL POTÁVEL GALÃO DE 20L, conforme descrições do Anexo I – Termo de Referência. Marca: _____

a. Condições de Pagamento: Conforme **Termo de Referência**.

b. Prazo de validade da proposta: **60 dias**.

c. Identificação e qualificação do **Responsável** pela proposta:

✓ **DECLARO** sob as penas da Lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no anexo I – Termo de Referência.

✓ **DECLARO** que os preços indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta Proposta, incluindo tributos, garantia, encargos sociais e lucro.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026